

4.5 Anexo



Índice

1	Identificação da Entidade	52
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	52
3	Principais Políticas Contabilísticas	53
3.1	Bases de Apresentação.....	53
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	55
4	Ativos Fixos Tangíveis	65
5	Ativos Intangíveis.....	67
6	Custos de Empréstimos Obtidos	68
7	Inventários.....	68
8	Rendimentos e Gastos.....	69
9	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	70
10	Subsídios do Governo e apoios do Governo	70
11	Operações em Moeda Estrangeira	71
12	Benefícios dos empregados.....	71
13	Acontecimentos após data de Balanço	72
14	Agricultura	72
15	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	72
16	Outras Divulgações	73
16.1	Investimentos Financeiros.....	73
16.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros ...	74
16.3	Créditos a receber	74
16.4	Diferimentos	75
16.5	Outros Instrumentos Financeiros	75
16.6	Caixa e Depósitos Bancários.....	75
16.7	Fundos Patrimoniais	76
16.8	Fornecedores	76
16.9	Estado e Outros Entes Públicos.....	76
16.10	Outros Passivos Correntes e Não Correntes	77
16.11	Outros Passivos Financeiros	77
16.12	Subsídios, doações e legados à exploração	77
16.13	Fornecimentos e serviços externos.....	78
16.14	Outros rendimentos e ganhos.....	78
16.15	Outros gastos e perdas.....	78
16.16	Resultados Financeiros.....	79

1 Identificação da Entidade

A “Fundação João Bento Raimundo” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Fundação com estatutos publicados no Diário da República n.º 228/08, Série II, com sede na Avenida Alexandre Herculano, s/n, Guarda. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Promoção e participação em Projetos de Luta contra a Pobreza, visando o desenvolvimento de comunidades locais e grupos-alvo;
 - Creches, Pré-Escolar e Centro de Estudos;
 - Loja social.
- Criação, Gestão e Manutenção:
 - Lares para Deficientes, Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão;
 - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas;
 - Residência de Estudantes;

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março.

No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação:

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e

- Razão para a reclassificação.

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são assim, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

No caso dos Terrenos e Edifícios, a entidade utiliza, na sua mensuração subsequente, o modelo de Revalorização. Isto é, após o reconhecimento como ativo, um item do desta categoria, cujo justo valor possa ser determinado fiavelmente, é mensurado por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes. A revalorização é feita com suficiente regularidade para assegurar que a quantia escriturada não difira materialmente daquela que seria determinada pelo uso do justo valor à data do balanço.

A entidade adotou este modelo para a classe dos "terrenos e edifícios", tendo procedido a uma revalorização com base num relatório de avaliação efetuado por perito externo e independente, acreditado pela CMVM"

O aumento da quantia escriturada dos ativos desta categoria, como resultado de uma revalorização, é creditado diretamente ao fundo patrimonial numa conta com o título de excedente de revalorização.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	20 a 50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	5

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2 Bens de património histórico e cultural

A Entidade não possui bens e património histórico e cultural.

3.2.3 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados. As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.4 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos

apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	n.a.
Outros Ativos Intangíveis	3

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, ou
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.5 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se



num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um *Goodwill*, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida.

O *Goodwill* encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo, é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *Goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse *Goodwill* está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o *Goodwill* não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e

proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Fundação adota como método de custeio dos inventários o FIFO (*first in, first out*). Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Fundação detém, mas que destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos os “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Fundação avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-ESNL)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Fundação ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Fundação analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Fundação reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente

resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Fundação reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Fundação dos anos de 2016 a 2024 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Fundação não possui no seu ativo Bens do domínio público.

Bens do património histórico, artístico e cultural

A Fundação não possui no seu Ativo Bens do património, histórico, artístico e cultural.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2025					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	2.038.741,13					2.038.741,13
Edifícios e outras construções	19.213.009,41					19.213.009,41
Equipamento básico	1.225.150,27	8.644,62				1.233.794,89
Equipamento de transporte	496.646,55					496.646,55
Equipamento administrativo	379.663,06	99.602,31				479.265,37
Outros Ativos fixos tangíveis	58.610,46	4.236,72				62.847,18
Total	23.411.820,88	112.483,65				23.524.304,53
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	9.609.057,02	780.169,27				10.389.226,29
Equipamento básico	1.179.737,22	23.762,37				1.203.499,59
Equipamento de transporte	452.862,40	24.838,92				477.701,32
Equipamento administrativo	324.198,53	35.173,87				359.372,40
Outros Ativos fixos tangíveis	30.084,85	12.500,11				42.584,96
Total	11.595.940,02	876.444,54				12.472.384,56
Investimento em Curso	27.245,73	183.717,72				210.963,45
Ativos Fixos Tangíveis Líquido	11.815.880,86					11.051.919,97

Descrição	2024					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1.015.732,40				1.023.008,73	2.038.741,13
Edifícios e outras construções	12.839.432,23	19.766,92			6.353.810,26	19.213.009,41
Equipamento básico	1.214.808,03	10.342,24				1.225.150,27
Equipamento de transporte	496.646,55					496.646,55
Equipamento administrativo	334.799,15	44.863,91				379.663,06
Outros Ativos fixos tangíveis	50.730,83	7.879,63				58.610,46
Total	15.952.149,19	82.852,70	0,00	0,00	7.376.818,99	23.411.820,88
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	9.205.370,55	403.686,47				9.609.057,02
Equipamento básico	1.143.574,54	36.162,68				1.179.737,22
Equipamento de transporte	415.425,72	37.436,68				452.862,40
Equipamento administrativo	302.920,05	21.278,48				324.198,53
Outros Ativos fixos tangíveis	18.589,74	11.495,09				30.084,85
Total	11.085.880,62	510.059,40	0,00	0,00	0,00	11.595.940,02
Investimento em Curso	19.165,72	27.245,73	0,00	19.165,72	0,00	27.245,73
Ativos Fixos Tangíveis Líquido	4.866.268,57					11.815.880,86

No que diz respeito à Revalorização dos Terrenos e Edifícios, a movimentação ocorrida durante o ano foi a seguinte:

Ano 2025	Valor Líquido Contabilístico	Excedente de Revalorização		
		Valor Inicial	Utilização	Valor Final
Terrenos	1.015.732,40 €	666.162,14 €	- €	666.162,14 €
Edifícios	3.634.061,68 €	837.119,53 €	- 508.602,80 €	613.142,48 €
Total	5.668.101,19 €	2.169.443,81 €	- 223.977,05 €	1.945.466,76 €

No exercício de 2024 foram efetuadas revalorizações livres de Terrenos e de Edifícios e Outras Construções, com base num relatório de avaliador credenciado, utilizando o método comparativo e o método do custo de reposição, com base nos valores de mercado resultando um aumento no valor dos terrenos de € 1.023.008,73 e um aumento no valor dos edifícios e outras construções de € 6.353.810,26, valores estes que foram contabilizados nas respetivas contas por contrapartida de excedentes de revalorização, conforme quadro seguinte:

Descrição	Saldo inicial do excedente de revalorização	Aumentos	Diminuições	Saldo final excedente de revalorização
Sede/ATL	660.121,07	2.487.696,59	170.009,97	2.977.807,69
Escritório	5.020,00	24.598,00	2.221,35	27.396,65
Residência Sênior	415.488,86	1.516.988,56	162.897,53	1.769.579,89
Laboratório	71.559,81	432.303,93	65.207,86	438.655,88
Casa Ava. Afonso Costa	0,00	159.214,33	2.613,82	156.600,51

Descrição	Saldo inicial do excedente de revalorização	Aumentos	Diminuições	Saldo final excedente de revalorização
Edifício Ensiguarda	0,00	1.312.354,80	60.237,98	1.252.116,82
Residência de Estudantes		764.662,67	44.962,16	719.700,51
Malmedra - Sepol	0,00	673.446,36	452,13	672.994,23
Casa Sortelha	0,00	5.553,75	0,00	5.553,75
TOTAL				8.020.405,93

Nenhum dos Ativos Fixos Tangíveis, foi dado como garantia de qualquer passivo da entidade

Propriedades de Investimento

A Fundação não possui no seu ativo propriedades de investimento.

5 Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

A Fundação não possui Ativos Intangíveis de domínio público

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2025 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2025				
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações
Custo					
Programas de Computador	31.252,01				31.252,01
Outros Ativos intangíveis	2.460,00				2.460,00
Total	33.712,01				33.712,01
Depreciações acumuladas					
Programas de Computador	27.403,34				27.403,34
Outros Ativos intangíveis	2.460,00				2.460,00

Total	29.863,34					29.863,34
Ativos Intangíveis Líquido	3.848,67					3.848,67

	2024					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Programas de Computador	31.252,01					31.252,01
Outros Ativos intangíveis	2.460,00					2.460,00
Total	33.712,01	0,00	0,00	0,00	0,00	33.712,01
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	27.403,34					27.403,34
Outros Ativos intangíveis	2.460,00					2.460,00
Total	29.863,34		0,00	0,00	0,00	29.863,34
Ativos Intangíveis Líquido	3.848,67					3.848,67

6 Custos de Empréstimos Obtidos

Não existe nenhum empréstimo contratualizado. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

	2025	2024
Juros Suportados	2,92	8,76
Total	2,92	8,76

7 Inventários

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário inicial	Compras	2025	
			Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	18.445,91	304.504,27	3.526,31	21.972,22
Total	18.445,91	304.504,27	3.526,31	21.972,22
CMVMC				304.504,27

Descrição	Inventário inicial	Compras	2024	
			Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	16.414,30	279.336,36	0,00	18.445,91
Total	16.414,30	279.336,36	0,00	18.445,91
CMVMC				277.304,75

8 Rendimentos e Gastos

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Vendas e Prestações de Serviços e Comparticipações	3.600.488,43	3.332.066,71
Refeições	115.648,80	130.658,90
Matrículas e Mensalidades de Utentes	1.428.906,35	1.617.399,33
Comparticipações ISS, IP	2.082.387,10	1.818.848,22
Descontos e abatimentos	-26.453,82	-234.839,74
Subsídios e legados à exploração	10.705,47	34.514,78
Reversões	0,00	1.171,88
Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0,00
Outros Rendimentos	365.676,03	453.059,35
Rendimentos Suplementares	307.676,40	307.586,56
Descontos de pronto pagamento obtidos	70,52	122,79
Rendimentos em investimentos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empr.	3.660,66	26.002,88
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	474,15
Outros	54.268,45	118.872,97
Juros e Rendimentos Similares	68.064,86	88.907,23
Total	4.044.934,79	3.909.719,95

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Gastos:

Gastos	2025	2024
Custo das matérias consumidas	304.504,27	277.304,75
Fornecimentos e Serviços Externos	728.154,13	710.917,30
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	391.251,71	346.576,85
Materiais	34.912,45	37.636,32
Energia e fluidos	216.062,17	223.966,65
Deslocações, estadas e transportes	15.795,33	8.127,94
Serviços diversos	43.430,78	41.541,29
Encargos com utentes	26.701,69	53.068,25
Gastos com Pessoal	2.133.483,19	1.973.829,09
Remunerações dos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações do Pessoal	1.703.803,85	1.555.793,85
Indemnizações	0,00	11.500,00
Encargos sobre Remunerações	379.595,76	347.487,45
Seguros de Acidentes de Trabalho e Outros	34.473,86	30.743,78
Outros Gastos com Pessoal	15.609,72	28.304,01
Gastos de Depreciações e Amortizações	876.444,54	510.059,40
Perdas por Imparidades	7.898,12	4.541,01
Perdas por Reduções de Justo Valor	0,00	0,00
Outros Gastos	22.675,14	11.448,12
Impostos	375,50	408,00

Descontos de pronto pagamento concedidos		0,00
Gastos em Subsidiárias associadas	15.017,62	100,20
Outros Gastos	7.282,02	10.939,92
Gastos de Financiamento	2,92	8,76
Juros Suportados	0,00	0,00
Outros Gastos de Financiamentos	0,00	0,00
Juros de Mora	2,92	8,76
Total	4.073.162,31	3.488.108,43

9 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2025 e 2024 não foram identificadas situações que resultassem na criação de provisões, nomeadamente processos contra a Fundação.

Passivos contingentes

Associada ao fornecimento de energia elétrica às instalações da Fundação João Bento Raimundo, existe uma Garantia Bancária n.º 360.012992.493 emitida pela Caixa Geral de Depósitos, S.A., prestada a favor da EDP - Serviço Universal, S.A., no valor de 6.952,00 (Seis mil, novecentos e cinquenta e dois euros).

Ativos contingentes

A Fundação não detém quaisquer ativos contingentes nos exercícios de 2025 e 2024.

10 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2025	2024
Subsídios e outros apoios de Entidades Públicas		
Educação e Formação	8.511,98	37.183,91
Estágios Profissionais	8.511,98	21.958,91
Cheques Formação	0,00	15.225,00
LAY-OFF	0,00	0,00
LAY-OFF	0,00	0,00
Adaptar Social +	0,00	-3.852,76
Adaptar Social +	0,00	-3.852,76
IAPMEI	0,00	0,00
IAPMEI	0,00	0,00
BPI Capacitar	0,00	0,00
BPI Capacitar	0,00	0,00
Doações e Heranças	2.193,49	1.183,63
Consignação 5% IRS	2.193,49	1.183,63
Consignação 15 % IVA	0,00	0,00
Total de Subsídios à Exploração	10.705,47	34.514,78
Subsídios ao investimento	0,00	0,00
POPH Arquimedes	0,00	0,00
Painéis Solares	0,00	0,00
Doações e contribuições	0,00	27.597,00
Laboratórios e Oficinas Ensiuarda	0,00	27.597,00
Total Imputação Subsídios e Doações	0,00	27.597,00

11 Operações em Moeda Estrangeira

A Fundação não realizou operações em moeda estrangeira nos exercícios de 2025 e 2024.

12 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2025 foi de **106** e em 31/12/2024 foi de **102**.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações ao pessoal	1.703.803,85	1.555.793,85
Indeminizações	0,00	11.500,00
Encargos sobre as Remunerações	379.595,76	347.487,45
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	34.473,86	30.743,78
Outros Gastos com o Pessoal	15.609,72	28.304,01
Total	2.133.483,19	1.973.829,09

13 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Foi aprovado um apoio financeiro destinado a apoiar a realização do projeto de investimento na requalificação e alargamento da rede de equipamentos sociais, projeto constante da candidatura n.º PRR-RE-C03-I01-15-000222, enquadrada e aprovado no aviso de abertura de Concurso (AAC), n.º 15-C03-I01-2025, no montante de € 402.309,88.

Foram analisados todos os acontecimentos, favoráveis e desfavoráveis, que ocorreram entre a data de balanço e a data de emissão das demonstrações financeiras suscetíveis de dar lugar a ajustamentos.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Diretora Executiva em 31 de Julho de 2026.

14 Agricultura

Nesta matéria, nada há a assinalar.

15 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2025, foram de 6.000,00 € acrescido de IVA à taxa normal em vigor.

16 Outras Divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

16.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2025	2024
Investimentos em subsidiárias	1.463.300,19	874.657,15
Método de Equivalência Patrimonial	853.300,19	264.657,15
Prestações Suplementares	10.000,00	10.000,00
Empréstimo Concedidos	600.000,00	600.000,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	21.216,41	21.216,52
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total INVESTIMENTOS FINANCEIROS	21.216,52	21.216,52
Total	1.484.516,60	895.873,56

O valor inscrito em outros investimentos financeiros corresponde ao Fundo de Compensação do Trabalho e ao Fundo de Reestruturação do Sector Solidário.

No que respeita aos Investimentos em subsidiárias, a Fundação detém as seguintes participações:

- Ensiguarda - Escola Profissional da Guarda, Lda, cujo capital social de 160.000€ é detido por esta em 97,75%. Esta entidade teve RL positivo em 2025 no valor de 3.744,92€ (em 2024 também teve RL positivo no valor de 26.601,41€). Os movimentos foram os seguintes:

-

Descrição	2025	2024
Capital Social da subsidiária	160.000,00	160.000,00
Reservas da subsidiária	32.000,00	32.000,00
Reservas legais da subsidiária	32.000,00	32.000,00
Resultados transitados da subsidiária	67.690,35	41.088,94
Resultado líquido do exercício da subsidiária	3.744,92	26.601,41
Total do Capital Próprio da Subsidiária (sem Outros instrumentos capital próprio)	263.435,27	259.690,35
Participação da Fundação no Capital da Subsidiária	97,75%	97,75%
Aplicação do MEP	257.507,97	253.847,32
Prestações Suplementares	10.000,00	10.000,00
Empréstimos Concedidos	600.000,00	600.000,00

- LetraSólida, Lda., com capital social de 25.000€ é detido por esta em 75,00%. Esta entidade teve RL negativos em 2025 no valor de -173,60€ (em 2024 também teve RL negativos no valor de -133,60€). Os movimentos foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Capital Social da subsidiária	25.000,00	25.000,00
Resultados transitados da subsidiária	-7.302,22	-7.186,62
Resultado líquido do exercício da subsidiária	-173,60	-133,60
Total do Capital Próprio da Subsidiária (sem Outros instrumentos capital próprio)	17.524,18	17.679,78
Participação da Fundação no Capital da Subsidiária	75,00%	75,00%
Aplicação do MEP	13.143,13	13.259,83

- FJBR Serviços, Unipessoal, Lda., com capital social de 600.000€ é detido por esta em 100,00%. Esta entidade teve RL negativos em 2025 no valor de -14.887,42,60€ Os movimentos foram os seguintes:

Descrição	2025
Capital Social da subsidiária	600.000,00
Resultados transitados da subsidiária	0,00
Resultado líquido do exercício da subsidiária	-14.887,42
Total do Capital Próprio da Subsidiária (sem Outros instrumentos capital próprio)	585.112,58
Participação da Fundação no Capital da Subsidiária	100,00%
Aplicação do MEP	585.112,58

16.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Em 2025 e 2024 não existiu nada a assinalar nestas rubricas

16.3 Créditos a receber

A rubrica "Créditos a Receber" tinha, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Cientes C/C	0,00	62.508,24
Utentes C/C	69.096,46	29.390,57
Cientes e Utentes de Cobrança Duvidosa	125.236,58	117.360,28
Perdas por Imparidade	-125.258,40	-117.360,28
Adiantamentos ao pessoal	1.154,39	1.154,39
Adiantamentos a Fornecedores	5.007,94	10.127,98
Devedores por Acréscimo de Rendimentos	2.669,61	1.183,63
Outros Devedores	15.328,81	19.161,32
Total	94.704,60	123.526,13

Nos períodos de 2025 e 2024 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2025	2024
Cientes	-4.839,23	0,00
Utentes	-3.058,89	-4.541,01
Total	-7.898,12	-4.541,01

16.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Gastos a Reconhecer	22.154,00	25.384,30
Total	22.154,00	25.384,30
Rendimentos a Reconhecer – Juros	19.013,32	39.678,86
Rendimentos a Reconhecer – Sub. Exploração	3.477,46	0,00
Total	22.490,78	39.678,86

16.5 Outros Instrumentos Financeiros

A Fundação não deteve outros ativos financeiros nos exercícios de 2025 e 2024.

16.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Caixa	1.982,62	771,83
Depósitos à ordem	1.468.420,20	1.513.131,23
Depósitos à Prazo	1.058.035,14	1.037.006,94
Total	2.528.437,96	2.550.910,00

Releva-se que todos os valores monetários estão disponíveis para uso.

16.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	235.530,62	0,00	0,00	235.530,62
Reservas	55.969,49	0,00	0,00	55.969,49
Resultados transitados	5.517.506,94	930.214,32	0,00	6.447.721,26
Ajustamentos de Ativos Financeiros	33.219,68	0,00	0,00	33.219,68
Excedentes de revalorização	8.529.008,73	0,00	-508.602,80	8.020.405,93
Outras variações nos fundos patrimoniais	199.483,50	0,00	-27.597,00	172.246,50
Resultado Líquido	421.611,52	0,00	-449.839,04	-28.227,52
Total	14.992.690,48	932.214,32	-986.038,84	14.964.462,96

16.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	24.654,44	21.284,09
Total	24.654,44	21.284,09

16.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00

Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		556,73
Retenções na Fonte (IRS)	12.211,28	12.100,50
Segurança Social	46.829,40	42.803,64
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	59.040,68	55.460,87

Os valores que constam no Passivo relativo a Retenções na Fonte (IRS) e Segurança Social correspondem a montantes liquidados em janeiro de 2026.

16.10 Outros Passivos Correntes e Não Correntes

A rubrica "Outros Passivos Correntes" desdobram-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal		1.469,21		61,72
Remunerações a pagar		1.469,21		61,72
Outras operações		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		334.945,47		257.578,05
Seguros a Liquidar		7.537,27		0,00
Remunerações a Liquidar		299.944,39		241.258,19
Outros Gastos		27.463,81		16.319,86
Outros credores		6.340,25		30.257,90
Total		375.465,61		252.000,86

16.11 Outros Passivos Financeiros

Nos exercícios 2025 e 2024, a Fundação não deteve outros passivos financeiros.

16.12 Subsídios, doações e legados à exploração

A Fundação reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos	8.511,98	33.331,15

Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	2.193,49	1.183,63
Legados	0,00	0,00
Total	10.705,47	34.514,78

Os "Subsídios do Estado" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 10.

16.13 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Serviços especializados	391.251,71	346.576,85
Materiais	34.912,45	37.636,32
Energia e fluidos	216.062,17	223.966,65
Deslocações, estadas e transportes	15.795,33	8.127,94
Serviços diversos	43.430,78	41.541,29
Encargos com utentes	26.701,69	53.068,25
Total	728.154,13	710.917,30

16.14 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Donativos angariados		80.385,39
Outros rendimentos suplementares	307.676,40	307.586,56
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	3.660,66	26.002,88
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	474,15
Imputação de subsídios para investimentos	0,00	27.597,00
Outros rendimentos e ganhos	54.268,45	10.890,58
Total	365.676,03	452.936,56

16.15 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos indirectos	375,50	408,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00

Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	15.017,62	100,20
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Semanadas e mesadas a utentes internos	0,00	0,00
Donativos concedidos	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	7.282,02	10.939,92
Total	22.675,14	11.448,12

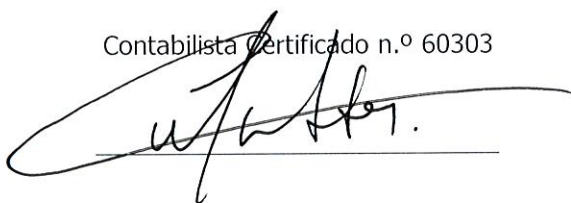
16.16 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	2,92	8,76
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	2,92	8,76
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	68.064,86	88.907,23
Desconto de Pronto Pagamento Obtidos	0,00	122,79
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	68.064,86	89.030,02
Resultados Financeiros	68.061,94	89.021,26

Guarda, 31 de Julho de 2026.

Contabilista Certificado n.º 60303



Diretora Executiva

